

MKBR22: Diversidade e inclusão podem ser grandes aliadas nos modelos de negócio, dizem executivos

Diversidade e inclusão são temas que finalmente recebem a atenção necessária na sociedade atual para reduzir desigualdades e estimular o progresso. Mas até que ponto o Brasil avançou nessa frente?

Empresas brasileiras têm feito um esforço legítimo para ampliar a diversidade e inclusão em seus quadros, como destaca **Ana Buchaim**, diretora executiva de Pessoas, Marketing, Comunicação, Sustentabilidade e Investimento Social da **B3**, que participou do painel “Impulsionando a diversidade e a inclusão” no **MKBR22**.



Da esquerda para direita: Ana Buchaim (B3), Reinaldo Bulgarelli, do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, Gilberto Costa, do Pacto da Promoção da Equidade Racial, e Marcus Kerekes, do Diversitera, debateram sobre diversidade e inclusão

Por outro lado, ela lembra que quando uma empresa se posiciona sobre o assunto, sempre se escuta a frase: “Quem lacra, não lucra”. Ana levanta a questão sobre as razões pelas quais ainda predomina a percepção entre algumas pessoas de que a diversidade não tem impacto no negócio.

Para **Gilberto Costa**, responsável pela área de operações do Private Bank do Banco JPMorgan para América Latina, “é preciso olhar o filme, e não só a foto”. Há 30 anos no mercado financeiro, Costa diz que o tema da diversidade e inclusão vem evoluindo e tem ganhado muita força na indústria financeira, como a introdução de políticas de ações afirmativas.

“O que o mercado está fazendo agora é dar um salto em que diversidade e inclusão fazem parte do negócio”, explica Costa, que também é coordenador do Grupo de Trabalho de Diversidade e Inclusão da **ANBIMA** e diretor executivo do Pacto de Promoção da Equidade Racial. Costa avalia que a incorporação de métricas é importante para a equidade.

Privilégios

Recentemente, a B3 colocou em audiência pública algumas regras para aumentar a diversidade nos conselhos de administração e nas diretorias das empresas listadas, lembra Ana.

Reinaldo Bulgarelli, secretário executivo do Fórum de Empresas e Direitos LGBTI+, diz que esse tipo de iniciativa “é meio, não é fim”, isto é, são estratégias para atingir os objetivos. “O ideal é que as empresas tivessem a convicção de que, para operar os negócios em um país, você precisa conhecer as pessoas, a pluralidade, não só de características, mas de ideias, perspectivas”, diz.

Sob a perspectiva de métricas e supostos privilégios de certos grupos, **Marcus Kerekes**, diretor e cofundador da Diversitera, startup de tecnologia e consultoria para Diversidade e Inclusão, acredita que é importante o conceito de equidade, considerando pontos de partida diferentes, barreiras que foram sendo colocadas, como no seu caso, como pessoa cadeirante.

“Houve um caso em minha primeira entrevista de emprego, em uma situação em que eu queria trabalhar muito em uma empresa, mas não consegui porque o escritório ficava no segundo andar e não tinha acessibilidade”, lembra.

Os resultados das políticas de inclusão e diversidade são companhias que trabalham para todos e que sejam de todos, na opinião dos participantes. “O caminho é longo, ele passa por meta, passa por métrica e por transparência”, concluiu Ana, da B3.

MKBR22: Blended finance impulsiona iniciativas com impacto social

O blended finance tem o potencial de impulsionar iniciativas com impacto social positivo. As chamadas estruturas de finanças combinadas utilizam, usualmente, recursos não reembolsáveis e filantropia para engajar capital de terceiros para realização de iniciativas com impacto socioambiental positivo. São estruturas híbridas, podendo combinar diferentes instrumentos, como dívida, garantias, doações, equity, seguros, fundos garantidores, entre outros.

Durante painel na tarde desta quinta-feira no **MKBR22**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**, **Marcelo Marcolino**, do BNDES, explicou que, ao redor do mundo, bancos de desenvolvimento estão tentando atrair capital privado para resolver problemas sustentáveis. Segundo ele, analisar a maneira como essas instituições estão fazendo e como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) está incentivando a fazer, levou o BNDES a decidir usar recursos como capital catalisador, funcionando como mobilizador de outros filantropos e também de investidores privados.



Marcelo Marcolino, do BNDES (esq), Severin Luebke, da Mobilist (telão), e Fernanda Camargo, da Wright Capital, participaram do painel Blended finance: investindo bilhões para mobilizar trilhões

“A gente conversa muito com o mercado. E foi interessante que filantropos e investidores nos pediram duas coisas: governança e transparência na prestação de contas. Então, analisamos as melhores práticas do mundo. O que fizemos foi trazer a melhor prática”, explica Marcolino.

Severin Luebke, da Mobilist, acrescenta que todos estão tentando resolver o mesmo problema, mas que os desafios são vastos e não há capital suficiente no sistema. “Não temos capital de investimento suficiente de verdade. Então, o que estamos tentando fazer é combinar a doação com o aspecto de assistência técnica, com foco na listagem de produtos de investimento”, diz.

Ele explica que a Mobilist vem tentando dar às pessoas os incentivos para que as estruturas sejam listadas em bolsas de valores. “No nosso caso, investimos tanto em fundos que estão listados em bolsas públicas ou empresas e também em ativos, porque achamos importante desenvolver mercados de capitais locais para garantir que o capital possa ser aplicado nos mercados locais”, detalha.

Por sua vez, **Fernanda Camargo**, da Wright Capital, contou que quando a Wright começou, em 2014, foi mapeado o impacto dos investimentos e se constatou que a maioria dos fundos — e, naquela época, era uma quantidade limitada de fundos de impacto —, entrevistava cerca de mil empresas e investia em apenas quatro ou cinco. “Assim, muito desse impacto nos negócios sociais ficou para trás. Finalmente, dois anos depois, um dia, as pessoas do International Venture Philanthropy Center vieram ao nosso escritório e nos falaram sobre filantropia de risco e como usar o financiamento misto”, conta.

Usar o chamado venture philanthropy ajuda a testar o modelo e o investimento de impacto (impact investments) para alavancar. “Você pode misturar doações de filantropia e investimento de

impacto. E, assim, entendemos a maneira de usar o blended para basicamente capitalizar esse tipo de investimento”, diz.

Os fundos mistos têm potencial de alavancar muito mais que seus valores e são instrumentos de impactos muito maiores nos diversos setores — e não apenas de capital, como frisa Fernanda.

MKBR22: Mercado de títulos verdes precisa de regras claras para evoluir

A definição de uma taxonomia é importante para a evolução do mercado de green bonds, os títulos verdes. O Brasil ainda não tem uma discussão local sobre o tema, mas cerca de 25 países e regiões já estão tratando o assunto, que foi tema de painel do [MKBR22](#), evento organizado pela **ANBIMA** e pela [B3](#), nesta quinta-feira (22).

Para **Julia Ambrosano**, coordenadora de Infraestrutura para Brasil, América Latina, na CBI, é importante ter uma linguagem comum entre as taxonomias. “Há dificuldade de entendimento sobre quais são os padrões de divulgação ESG, inclusive para todo o ambiente de transição, eu destacaria esse ponto como um grande desafio para o setor”, afirma.



Julia Ambrosano (esq), Gabriel Azevedo e Luiza de Vasconcello participaram do painel 'A transição dos green bonds'

O chefe da divisão ESG do BID Invest, **Gabriel Azevedo**, concorda sobre a importância de ser transparente com as informações. “Transparência não é só relevante, ela é essencial”, afirma. Ele ressaltava ainda que o Brasil tem um grande capital natural e é preciso aproveitar. “A gente tem uma grande oportunidade com os títulos verdes. O país tem um capital natural, com uma matriz verde e com o agronegócio que pode expandir sem derrubar uma árvore. Temos capacidade de aproveitar e capitalizar, o que falta é avançar em alinhamentos de padrões, uma taxonomia voltada à nossa realidade, e a capacidade de transmitir e gerar confiança entre investidores e emissores”, pondera.

Julia lembra ainda que, no início, o mercado olhava muito para os títulos verdes por conta das mudanças climáticas e como mitigar seus efeitos. Mas houve uma evolução com a entrada de temáticas sociais para garantir uma transição justa para o zero carbono.

“A principal evolução percebida neste mercado é que, além dos títulos de transição, também se começa a olhar os setores mais marrons da economia. Como trazer estes setores também para a transição, para fiscalização deles?”, questiona.

Segundo Azevedo, o processo de estruturação tem algumas fases distintas que precisam ser consideradas. Primeiro, a variação, na qual se vê o alinhamento estratégico, o ativo de energia e a capacidade de gestão; segundo o desenho, a estrutura ou arcabouço, alinhando aos padrões internacionais; a terceira fase é a de revisão, a confirmação do alinhamento entre o que se quer fazer e os padrões temáticos ao qual se propõe a missão; a quarta etapa é a emissão, o processo de estruturação financeira, que é o passo mais comum e com o qual o mercado está acostumado; e o quinto é o monitoramento de divulgação de informações.

Atualmente, a América Latina representa 4% das emissões globais de títulos verdes, o que equivale a cerca de US\$ 36 bilhões. O Brasil responde por US\$ 11,8 bilhões desse montante, sendo o segundo maior mercado, ficando atrás apenas do Chile, que tem grandes emissões soberanas, ao contrário daqui, onde as operações são, majoritariamente, privadas.

“Eu analiso o mercado brasileiro como muito mais diversificado, um pouco mais maduro. O primeiro título verde do Brasil veio em 2015. A gente tem uma grande diversificação de tipos de emissores, muito mais do qualquer outro país da América Latina”, explica Azevedo.

MKBR22: Pluralidade nos conselhos de administração ainda é realidade distante

O Brasil é um país marcado pela diversidade, com povos de diferentes origens, credos, culturas e uma maioria da população composta por mulheres (53%) e pretos ou pardos (56%). Essa realidade, no entanto, não se reflete na composição da maioria dos conselhos de administração das empresas. Esses colegiados ainda são predominantemente formados por homens brancos, que fizeram carreira no eixo Sul-Sudeste, e possuem mais idade.

A busca por conselhos mais diversos, que representem a sociedade é, na visão do vice-presidente da **ANBIMA** e chairman da BlackRock, **Cacá Takahashi**, uma necessidade. “Esse é um tema de muita relevância, porque talvez uma das maiores riquezas do Brasil seja a pluralidade. Mas em alguns segmentos, como o dos conselhos de administração, a diversidade continua sendo um desafio”, comenta Cacá, que participou de painel dedicado ao tema no [MKBR22](#), evento promovido pela **ANBIMA** em parceria com a [B3](#).



Cacá Takahashi (esq), Jandaraci Araújo (telão) e Claudia Elisa (dir.) falaram sobre a importância da pluralidade nos conselhos de administração

Integrante de diversos conselhos de administração, **Claudia Elisa** observa que o maior desafio para um profissional com perfil distinto do status quo se tornar conselheiro é conseguir a primeira oportunidade. “Hoje, a maioria das posições é preenchida por indicação e só 30% passam pelo trabalho de um headhunter. Como os membros atuais são homens, brancos, de mais idade, o networking deles é formado por seus semelhantes, e as indicações saem dos grupos com que convivem”, afirma Claudia, acrescentando que a falta de diversidade em relação a gênero, idade, formações e culturas empobrece o debate nos conselhos.

Cocriadora do Conselheiras 101, programa que visa a inclusão de mulheres negras em conselhos de administração, **Jandaraci Araújo** tem a mesma visão e reforça que a riqueza do debate em um conselho depende da diversidade de seus membros. “O primeiro desafio, da oportunidade, como comentou a Claudia, é o mais difícil. Mas, depois, também precisamos nos focar na mudança de mentalidade das pessoas que participam dos conselhos, o que traz novas perspectivas e favorece a lucratividade das empresas”, ressalta.

MKBR22: Educação e financiamento são chave para impulsionar mercado de carbono brasileiro

Com diversas alternativas de combustível limpo e imensas florestas, o Brasil conta com potencial para liderar o mercado voluntário de carbono. Mas, antes disso, o país precisa superar obstáculos não apenas em termos de financiamento e metodologia, mas também da educação sobre o tema.

“Precisamos aproximar a Faria Lima da Amazônia”, diz **Marina Cançado**, co-CEO da Future Carbon Group, que participou de painel no **MKBR22**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3** nesta quinta-feira (22), em São Paulo.

À frente do Future Carbon, primeiro ecossistema brasileiro de soluções de descarbonização, Marina chamou a atenção para o desconhecimento sobre assunto e potencial desse mercado, tanto de gestores de ativos como do agricultor, por isso destacou a importância da educação para entender o ativo e atingir objetivos.

Mercado voluntário



Tatiana Sasson, da Mckinsey (esq.), Marina Cançado, Future Carbon (telão), Victoria de Sá, da Vert (dir.) falaram sobre mercado de carbono

O mercado voluntário tem como base, como o nome diz, os compromissos voluntários de empresas ou indivíduos que querem compensar sua própria pegada de carbono, explica **Tatiana Sasson**, sócia da McKinsey. Também existe o mercado regulado, composto principalmente de países, regiões ou setores, o maior deles sendo na Europa. Na América Latina, a Colômbia se destaca com mecanismos de tributação sobre a emissão de efeitos estufa.

Estimativas apontam que o mercado voluntário de carbono deve movimentar entre US\$ 50 e US\$ 100 bilhões até 2030, aponta Tatiana. No ano passado, esse mercado atingiu US\$ 2 bilhões, ou quatro vezes mais do que em 2020, quando foi avaliado em torno de US\$ 500 milhões.

Também presente ao painel, **Victoria de Sá**, sócia-fundadora da Vert, lembra que na COP26 houve a regulamentação de artigo que trata deste mercado para países que precisam diminuir suas emissões.

No Brasil houve alguns avanços, destaca Victoria, com a regulamentação de um decreto federal em maio deste ano. “A boa notícia é que já demos um primeiro passo, como a determinação do crédito de carbono como um ativo financeiro ambiental”, diz.

Incentivos

Segundo Victoria, inserir o mercado voluntário de carbono no mercado de capitais é o passo mais fácil, porque o primeiro já permite a precificação.

Na visão de Marina, o baixo financiamento ainda limita o potencial de geração de créditos de carbono do Brasil, que ainda é “um mercado muito artesanal, de projeto a projeto”, diz.

O trabalho da Future Carbon é aliar o capital financeiro no processo de análise de viabilidade e certificação dos créditos de carbono com instrumentos que permitem o pagamento hoje de um fluxo futuro ao agricultor, funcionando como um incentivo. “O crédito de carbono pode ser uma coisa abstrata para o fazendeiro”, diz Marina.

Um desafio, segundo ela, é que as discussões metodológicas avancem para que “o Brasil tenha voz nas mesas globais”.

Padrões ESG



Fionna Ross, da abrdn, e César Sanches, da B3, falaram sobre mudanças climáticas e incorporação de práticas sustentáveis

A incorporação dos padrões ambientais, sociais e de governança, ou ESG, é um passo essencial para que as empresas possam medir sua pegada de carbono no planeta e o consequente impacto na mudança climática.

Fionna Ross, especialista em Investimentos em Sustentabilidade e head do abrdn - Instituto de Sustentabilidade para as Américas, diz que “é uma jornada longa e já compreendemos a importância de incorporar essas questões” em painel com **César Sanches**, superintendente de Sustentabilidade da B3.

Ela alertou que é preciso mudar a percepção de que incorporar essas práticas afeta os retornos dos

investimentos. “Se você excluir totalmente um setor da carteira, como petróleo e gás, pode impactar”, afirma. “Mas do ponto de vista da integração, não vai impactar negativamente.”

MKBR22: O futuro das criptos passa por legitimidade e perspectivas claras de casos de uso

Para debater o futuro das criptomoedas, é necessário entender o momento presente e endereçar os principais desafios a fim de poder aproveitar as oportunidades que se abrem. Os investidores estão, cada vez mais, interessados na criptoeconomia, uma sinalização de que as finanças descentralizadas chegaram para ficar. Mas, para ganhar ainda mais força, é necessário colocar em pauta qual será a participação da criptoeconomia na vida cotidiana das pessoas. O tema foi debatido em painel nesta quinta-feira (22), no **MKBR22**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**.

+Acompanhe o MKBR22

Conforme aponta **João Canhada**, CEO e fundador da FoxBit, trata-se de um debate que é também político e de comportamento humano. “Estamos diante de um processo grande de mudança, com início da separação entre estado e dinheiro e com bitcoin trazendo inovações que ainda serão exploradas”, diz.



Da esquerda para direita: Silvia Bassi (The Shift), Daniel Mangabeira (Binance), João Canhada (FoxBit), e Silvia Valadares (Centria Partners)

Assim como as aplicações que temos hoje rodando na internet eram impensáveis quando a rede mundial dos computadores surgiu, o mesmo ocorre com as finanças descentralizadas, blockchain e todo o universo que rodeia a criptoeconomia. “Você não vai evitar que a tecnologia evolua; ela vai evoluir e vai permear várias camadas”, ressalta **Silvia Valadares**, sócia da Centria Partners.

Ela diz não acreditar que haverá uma separação tão grande entre governo e dinheiro, mas aponta para o surgimento de novas formas de comprar e de transacionar. “Talvez estejamos descentralizando o intermediador. Não sabemos para onde isso vai, mas do jeito que estava ou que foi, não vai ficar”, diz.

Pilares da transformação

Nesse caminho da tecnologia como veículo como mudança do comportamento humano, é preciso preparar a sociedade por meio da educação. “Elementos educacionais são importantes e isso conduz a outro ponto que é, se esta tecnologia não for útil para a vida das pessoas, não teremos aspectos tangíveis”, pondera **Daniel Mangabeira**, diretor de relações institucionais para América Latina da Binance.

Outro elemento é a legitimidade, que passa pelo debate político e regulatório. “Se não tiver legitimação, não se consegue base para o futuro”, assinala Mangabeira. Legitimidade e perspectivas claras de casos de uso são elementos-chave para que o futuro das criptos seja próspero.

Canhada acrescenta que não é regulamentar a tecnologia, mas contar com um arcabouço regulatório que traga segurança jurídica para o setor. “A tecnologia é meio; não deve ser o grande ponto de atenção, mas, sim, as operações que se criarão em torno da tecnologia”, completa.

Na visão de Silvia, assegurar segurança e transparência é essencial para pavimentar o caminho para as mais diversas aplicações e a regulação é um componente importante para proteger o consumidor. “O avanço da tecnologia é inevitável; o debate regulatório também”, diz.

MKBR22: Mercado passa por transformação com a chegada das finanças descentralizadas

A tecnologia tem sido uma importante aliada de diversos setores da economia e não é diferente no mercado de capitais, que passa por uma grande transformação com a chegada das finanças descentralizadas, ou Defi, que reúne várias categorias de mercados e ativos. “Tem bitcoin, a primeira cripto a nascer em 2001, os NFTs do mercado artístico, outras classes de ativos e, por isso, fala em tokenização e mais recentemente a onda de moedas digitais dos bancos centrais. Juntando tudo isso é o que temos neste pacote de finanças descentralizadas”, explica **Courtney Guimarães**, diretor da prática de estratégia para negócios digitais, cientista-chefe de Metaeconomia e Blockchain da Avanade Brasil.

[+Acompanhe o MKBR22](#)

Toda essa inovação deve trazer benefícios para o mercado como um todo, no entanto, ainda há necessidade de se definir como será a regulação deste segmento. Várias economias do mundo estão debruçadas sobre esse assunto com o objetivo de tornar essas novidades mais acessíveis e seguras. Enquanto a regulação não ocorre, a autorregulação tem tido o papel de suprir essa lacuna.



Da esquerda para direita: Courtney Guimarães, da Avanade, Gonçalo Lima, Alex Buelau, da Parfin, e Nicole Dyskant, Hashdex, falaram sobre finanças descentralizadas

Desde 2013 teve muita inovação no setor chegando hoje à possibilidade de usar NFT para tokenizar ativo não financeiro, por exemplo. “O desafio é que tudo está acontecendo em um sistema público aberto. Para o institucional, pode ter problemas legais graves. O futuro precisa criar um ecossistema paralelo permissionado para o participante ter tranquilidade com a regulação local”, avalia **Alex Buelau**, CTO e co-Fundador da Parfin.

Vantagens

Entre as vantagens para o sistema financeiro com a adoção dessas novas tecnologias, especialistas destacam a democratização dos investimentos. “A possibilidade de comprar uma fração de um imóvel em Nova York ou de um centavo em Petrobras tudo no mesmo recinto vai facilitar muito e romper com a nossa arquitetura financeira”, considera **Nicole Dyskant**, diretora global jurídica da Hashdex.

Além disso, vai contribuir para reduzir o custo para a indústria financeira e a tendência é que o setor reinvesta esse capital na economia. “Vai reduzir risco e ao reinvestir vai conseguir aumentar retorno deste capital, com benefícios reais para a economia”, afirma **Gonçalo Lima**, líder de mercados de capitais e ativos digitais da R3.

MKBR22: Tecnologia blockchain vai impactar todas as indústrias a exemplo da internet

A tecnologia de blockchain vai impactar todas as indústrias nos próximos cinco anos, assim como aconteceu com a internet e, cada vez mais, o mercado tradicional de ativos deve ser diversificado por conta deste segmento. A avaliação foi feita por especialistas que participaram do painel **MKBR22**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**, nesta quinta-feira.

+Acompanhe o MKBR22

Para **Roberta Antunes**, da Hashdex, o mercado evoluiu muito nos últimos anos, principalmente no aspecto de prevenção à lavagem de dinheiro e negociações ilícitas. “Hoje existe um consenso sobre o que cada país deve usar para evitar ações próximas a crimes. A maturação da tecnologia de blockchain é muito transparente”, avalia.

Alexandre Ludolf, da QR Capital, concorda e lembra do estigma atrelado à moeda anos atrás: “no início tinha o estigma de ser moeda da criminalidade, isso acabou. Hoje é muito mais difícil fazer uma coisa irregular em cripto”, explica.



Roberta Antunes, da Hashdex (esq.), Alexandre Ludolf, da QR Capital (telão), e George Wachsmann, da Empiricus Investimentos (dir), participaram do painel 'O que tem na carteira do futuro?'

O executivo ressalta ainda as vantagens do investimento em ativos digitais por meio da estrutura de fundos de investimento, que é bastante positiva dada toda a regulamentação existente, prestadores de serviço e regras de compliance. “O mundo regulado hoje oferece os melhores produtos para dar tranquilidade aos investimentos de longo prazo. Talvez, daqui cinco anos, os fundos vão ser token”, avalia.

Apesar do grande avanço da tecnologia blockchain, Roberta ressalta que a parte de custódia ainda requer cuidados. “Os ativos digitais requerem mais cuidados, segurança, processos e tecnologia. Hoje, na Hashdex, nós não fazemos custódia apenas com um custodiante, é diversificado e em diferentes geografias. O maior desafio e também oportunidade é para implantar a custódia no país”, afirma.

A executiva avalia ainda que, no longo prazo, a tecnologia blockchain vai impactar todas as indústrias, assim como aconteceu com a internet no passado. Para ela, essa tecnologia vai permitir

a desintermediação no mercado tradicional. “O mundo está em busca de eficiência”.

Para daqui alguns anos, Ludolf acredita ainda mais no amadurecimento dessa classe de ativos que deve passar a ofertar produtos para todos os tipos de investidores. “Eu acho que cada vez mais o mercado tradicional vai entrar em cripto. Não tem mais volta, a infraestrutura vai dominar. No futuro tudo vai ser tokenizado, as opções de investimentos vão diversificar muito”, estima.

Os executivos avaliam também que o processo de educação sobre o tema tem contribuído para o investidor entender melhor o mercado, e não se desesperar em momentos de fortes perdas, como a que se vê este ano, em torno de 60% a 70%.

Roberta dá duas dicas para quem quer entrar neste mercado. A primeira é pensar que se trata de uma tecnologia de longo prazo e tende a ser muito volátil, mas que tem potencial de grandes ganhos num horizonte maior. A segunda é a manutenção de uma carteira diversificada.

Na opinião de Ludolf, a volatilidade deste mercado é atribuída ao fato de ser um segmento com muita liquidez, transparência de preço e com facilidade de acesso. Sobre a forma de escolher os bons projetos para o portfólio de investimentos, o executivo pondera que é preciso avaliar se o mesmo possui fundamento, se há razão para este projeto existir e se ele vai estar aqui daqui dez anos.

George Wachsmann, da Empiricus Investimentos, finalizou lembrando que é importante ter uma parcela da carteira de investimento alocada neste segmento, contudo, o ideal é que essa exposição seja uma pequena parte do portfólio.

MKBR22: Falta de regularização impede maior avanço do mercado de criptoativos

O interesse pelo mercado de criptoativos vem crescendo muito nos últimos anos. Para se ter ideia, já são 10 milhões de contas cadastradas na Associação Brasileira de Criptoconomia. Os números se refletem também na Receita Federal, no qual, no ano passado, contribuintes brasileiros informaram um total de R\$ 200,7 bilhões em operações com moedas digitais, o dobro do registrado no ano anterior (R\$ 91,4 bilhões). Esse montante também é bem maior que o total de R\$ 79 bilhões acumulados no Tesouro Direto no mesmo período. Isso sem considerar outros ativos digitais menos populares aos investidores, como a NFT (Non-fungible token), e as finanças descentralizadas, que são projetos, serviços ou produtos que rodam em um sistema de blockchain.

+Acompanhe o MKBR22

O CEO e sócio-fundador da BLP Crypto, **Axel Blikstad**, lembra que, quando fundou a empresa, há cerca de cinco anos, falar em cripto era quase um “palavrão”. Mas, com a entrada e a maturação do mercado nos últimos anos, o que se vê hoje é uma aceitação, principalmente, dos institucionais.

Apesar da popularização do tema, ainda não há um consenso se cripto pode ser considerada uma nova classe de ativos. **Renata Mancini**, presidente ABCripto e Head de Compliance e Riscos da Novadax, avalia que se um criptoativo estiver associado a um valor mobiliário, ele pode ser uma classe de ativo.

A sócia do escritório de advocacia Pinheiro Neto, **Tatiana Guazzelli**, não concorda que é uma única classe. “Não necessariamente. E acho que a gente não pode considerar que o criptoativo é uma única classe. Porque ele é uma representação digital de outros ativos ou ele pode ser também um ativo que existe por si mesmo, com a sua própria unidade de valor”, explica.

Já Blikstad defende que é uma classe de ativo. “Quando a gente começou, a gente tinha um grande ponto de interrogação: será que vai ser ou não vai ser? Hoje, eu tenho certeza que é. Já virou uma classe de ativo, já tem tamanho suficiente para esses players internacionais grandes entrarem”, afirma.

Embora o segmento venha apresentando forte expansão, a falta de regulação impede que o avanço seja ainda mais intenso. Para se ter um exemplo, hoje no país não é possível fazer a custódia desses ativos. “Nós não podemos ter fundos que tenham ativos como cripto, então a gente já não poderia fazer custódia no Brasil”, explica Renata.

Isso acontece porque o Brasil ainda não tem uma norma que, entre outras coisas, regule a atividade de custódia de ativos digitais. Esse avanço depende do projeto de lei 4401 de 2021, aprovado no Senado, e que agora está em análise na Câmara. A ideia é que esse mercado seja regulado pelo BC, o que vai garantir mais segurança aos investidores e a possibilidade de empresas ou exchanges instaladas no país oferecem a custódia de criptoativos.

“Dentro deste cenário, os fundos de investimento, necessariamente, precisam adquirir esses ativos no exterior, então se acontecer algo com eles, não tem um acesso tão fácil como se teria se esses ativos estivessem aqui, custodiados numa entidade brasileira”, observa Tatiana.

Essas incertezas aumentam os desafios dos bancos e empresas que abriram espaço para clientes que queiram investir em criptoativos. O chefe da área de ativos digitais do BTG Pactual, **André Portilho**, observa que quanto mais pessoas estiverem usando a rede, vai haver mais demanda pelo token. “Você vai ter ali o lado de uso, que é o lado da demanda, e o lado de emissão, que é o lado da oferta e, em cima disso, você vai fazer a sua análise, simples assim”, avalia.

MKBR: Chegar atrasado ao metaverso pode custar caro

Para protagonizar a curva de tecnologia, é preciso estar entre os primeiros a garantir um lugar no metaverso. Com essa provocação, **Kenneth Corrêa**, professor dos programas de MBA da FGV (Fundação Getúlio Vargas) e diretor de Estratégia da agência 80 20 Marketing, colocou seu avatar na discussão. Ele fez um tour por algumas plataformas de metaverso para apresentar oportunidades de negócios no mercado financeiro durante painel no **MKBR**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**, nesta quinta-feira (22).

Dados da pesquisa realizada pelo Boston Consulting Group apontam que o metaverso já movimentava aproximadamente US\$ 250 bilhões no mundo. A expectativa é chegar a US\$ 400 bilhões até 2025. De acordo com Corrêa, quem chegar por último ao metaverso – que precisa ser imersivo, coletivo e persistente – assinará praticamente uma sentença de morte.

“Se você quiser estar à frente, protagonizar a curva de tecnologia, tem que ser um dos primeiros a chegar. Nunca custou tão caro ser o último, quase uma sentença de morte”, afirmou.

Segundo ele, não há apenas uma plataforma que leva ao metaverso e existem vários metaversos, embora muita gente ache que o único é o apresentado por Mark Zuckerberg, criador do Facebook.

“Mark Zuckerberg foi muito esperto ao dar o nome da empresa dele de Meta. Primeiro porque se livrou dos problemas com relação as manchas sobre a privacidade do Facebook, segundo porque o nome da companhia dele é uma tendência tecnológica”, afirmou.

Experimentação é vital para futuro dos negócios

Ao fazer um tour por algumas plataformas, Corrêa destacou as oportunidades para criação e utilização de espaços no ambiente virtual. Segundo o professor da FGV, uma das maiores plataformas de metaverso no mercado é a Decentraland, que conta com cerca de 200 mil usuários ativos todos os meses no mundo.

“Ainda estamos numa fase inicial da tecnologia, não tenho dados do Brasil. Não sei se o Decentraland será o espaço que vai garantir a cobertura de território. A questão é chegar primeiro e fazer experimentos no metaverso”, disse Corrêa.

Para aproveitar as possibilidades, não há atalhos, é preciso fazer uma imersão. De acordo com ele,

as empresas devem separar um time ou uma área que possa dedicar um tempo a experimentações, explorando diferentes plataformas e tecnologias.

Na visão de **Silvio Meira**, cientista-chefe da TDS Company, o metaverso ainda é um conceito que vai ser discutido por décadas. “Que seja como a internet, que cada um possa fazer as suas redes, mas que tudo seja, no fim, interoperável. Para cada um de nós ser um só lá”, afirmou Meira.

MKBR22: Economia do futuro passa pela tokenização dos ativos

O open finance está abrindo caminhos para o uso inteligente dos dados no mercado financeiro. O aumento do compartilhamento de informações, aliado ao uso da inteligência artificial e de big data, automatiza processos, eleva a qualidade das transações, que se tornam hiper personalizadas, e antecipa necessidades do consumidor.

+Acompanhe o MKBR22

Mas a disrupção da economia está na evolução da Web 3.0 com a tokenização, disse **Guga Stocco**, co-fundador da Futurum Capital, em painel do **MKBR**, evento organizado pela **ANBIMA** e pela **B3**, nesta quinta-feira (22). Especialista em inovação e blockchain, Stocco vislumbra o ganho de liquidez que a tokenização dos ativos trará para a economia global.

“Quando a gente olha o futuro é mais ou menos por aí. Essa velocidade da economia através da tokenização, essa homogeneização de todos os ativos em uma plataforma única e essa hiper personalização causada pela inteligência artificial”, disse Stocco.

De acordo com ele, a tokenização da economia, gerada na Web 3.0, prevê ativos transacionados por uma mesma infraestrutura. “No momento em que eu tokenizo uma ação, isso significa que eu tenho uma fração dessa ação. Se eu tokenizo um imóvel, posso ter uma fração do imóvel ou o imóvel inteiro. Todos os ativos trabalham na mesma infraestrutura, então posso trocar um token por outro”, afirmou.

O processo de tokenização da economia vem ganhando força, segundo Stocco, com o movimento dos bancos centrais para o desenvolvimento de suas respectivas moedas digitais, também conhecidas como CBDCs (Central Bank Digital Currencies, na sigla em inglês). “Essa tokenização da economia é muito forte, principalmente, quando o mundo inteiro está trabalhando no lançamento de CBDCs”, disse Stocco.

Para o especialista em inovação, a tokenização vai garantir mais liquidez à economia. “Estou comprando tokens de ativos diferentes. Tenho essa troca instantânea”, acrescentou.

Fonte: [Anbima](#), em 22.09.2022.